

ARTUR BARBOSA DA SILVEIRA

EXECUÇÃO FISCAL SEMIJUDICIAL NO BRASIL

A QUEBRA DO PARADIGMA DA
JUDICIALIZAÇÃO

Prefácio

Massami Uyeda

Área específica da obra

Direito Tributário

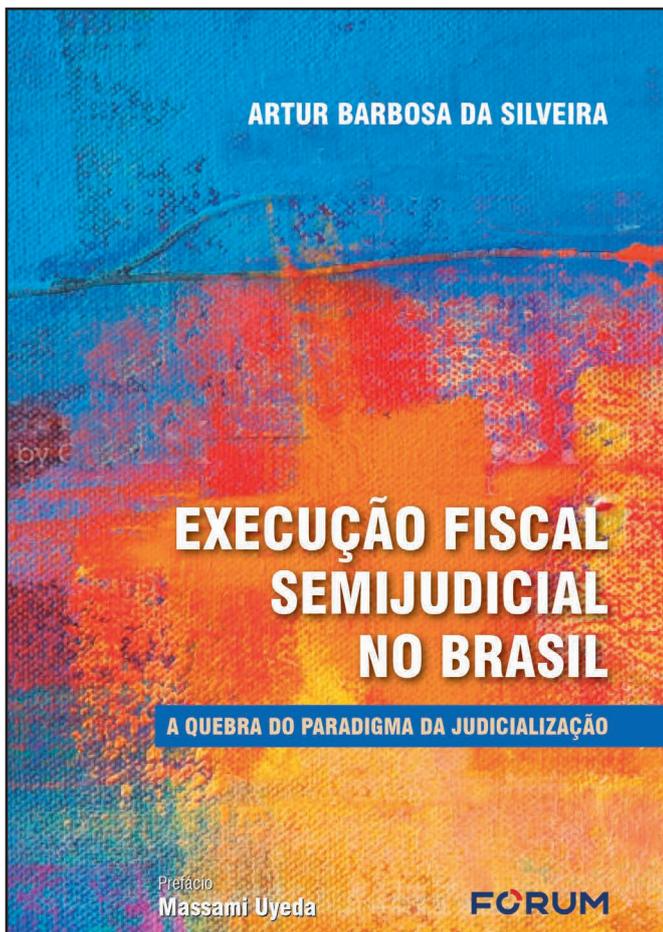
Áreas afins do livro

Direito Constitucional, Direito Processual
Civil e Direito Empresarial

Público-alvo/consumidores da obra

Pesquisadores de cursos de Mestrado e
Doutorado, estudantes de Pós-graduação
e estudantes de concursos públicos para
Procuradorias, Magistratura e Ministério
Público.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001857



Relatórios e estatísticas publicados por diversos institutos oficiais, tais como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), apontam para números alarmantes envolvendo execuções fiscais, a maioria delas, tendo por objeto débitos de pequeno valor e de baixa recuperação.

É certo que, na maioria dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, a cobrança da dívida ativa tributária se dá de forma unicamente administrativa, ou ao menos mista (semijudicial), sendo o Poder Judiciário acionado apenas em hipóteses excepcionais.

Nesse sentido, o modelo de execução fiscal no Brasil deve ser seriamente repensado, sendo plenamente viável a hipótese de cobrança semijudicial da dívida tributária, adaptada ao modelo legislativo brasileiro e atuando em conjunto com as técnicas fiscalizatórias que já vêm sendo aprimoradas pelas Fazendas Públicas.

S587e Silveira, Artur Barbosa da
Execução fiscal semijudicial no Brasil: a quebra do paradigma da
judicialização / Artur Barbosa da Silveira.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

128 p. E-book.
ISBN: 978-65-5518-089-3

1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil.
I. Título.

CDD 341.39
CDU 34:336

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVEIRA, Artur Barbosa da. *Execução fiscal semijudicial no Brasil: a quebra do paradigma da judicialização*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. E-book. ISBN 978-65-5518-089-3.

Artur Barbosa da Silveira

Procurador do Estado de São Paulo. Ex-Juiz titular do TIT/SP. Ex-Advogado da União. Ex-Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Graduado em Direito pela Universidade Mackenzie. Mestrando em Direito pela Universidade Nove de Julho. Pós-graduado em Direito Tributário, Constitucional e Administrativo pela Escola Paulista de Direito (EPD) e em Direito Processual Civil pela UNIMESP. Palestrante, autor de livros e artigos jurídicos.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
MASSAMI UYEDA	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O SISTEMA ARRECADATÓRIO DE TRIBUTOS NO BRASIL E A NECESSÁRIA QUEBRA DO PARADIGMA DA JUDICIALIZAÇÃO	21
1.1 Uma rápida passagem pela história e evolução da cobrança de tributos no mundo e sua influência no Brasil	21
1.2 Os três modelos de execução fiscal atualmente existentes no direito comparado	27
1.3 A situação atual da dívida ativa tributária no Brasil	41
1.4 Paradigma da execução fiscal judicial no direito brasileiro e a falta de eficiência desse sistema	43
1.5 As vantagens da desjudicialização da execução fiscal sob os pontos de vista jurídico, ético e humanitário	49
1.6 A desjudicialização como instrumento viabilizador do acesso à Justiça	55
CAPÍTULO 2	
MÉTODOS ALTERNATIVOS TRADICIONAIS PARA A RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS FAZENDÁRIOS	61
2.1 A necessidade de prévia inscrição do débito em dívida ativa	61
2.2 O protesto extrajudicial	64
2.3 A inclusão do nome do devedor no cadastro de inadimplentes	66
2.4 A constitucionalidade e a legalidade dos métodos supra elencados à luz do entendimento dos Tribunais Superiores	67
CAPÍTULO 3	
HIPÓTESES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ARRECADATÓRIO MAIS EFICIENTE	75
3.1 As reformas previdenciária e tributária como fatores de fortalecimento da arrecadação tributária e de redução da judicialização	75
3.2 A utilização dos diálogos institucionais como instrumentos de pacificação das relações entre os poderes instituídos e os seus reflexos na ordem tributária	79
3.3 Conciliação, mediação e arbitragem e sua aplicabilidade na execução fiscal	84
3.4 Os novos rumos da cobrança dos créditos tributários: as estratégias adotadas pela Fazenda Pública para a implementação de métodos de arrecadação e de fiscalização mais eficientes	93
3.5 O modelo de execução fiscal semijudicial (ou mista) e a viabilidade de sua utilização no Brasil	98
3.6 Os projetos de lei e as tentativas de desjudicialização da execução fiscal brasileira: uma questão (ainda) em aberto	111
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	119